FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ
CURSO DE DIREITO

CLÁUDIA DE SOUZA SOARES GUSMÃO

**O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DE
INDIVÍDUOS COM TEA E A QUALIFICAÇÃO DO
ACOMPANHANTE ESCOLAR**

MACEIÓ – AL

2023

CLÁUDIA DE SOUZA SOARES GUSMÃO

**O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DE INDIVÍDUOS COM TEA E
A QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE ESCOLAR**

Trabalho de curso apresentado à
Faculdade da Cidade de Maceió –
FACIMA, como requisito para a obtenção
do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Solange Correia

MACEIÓ – AL

2023

FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ

Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Cláudia de Souza Soares Gusmão, intitulado O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DE INDIVÍDUOS COM TEA E A QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE ESCOLAR, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Direito da Faculdade da Cidade de Maceió, em _____, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Solange Correia

Orientadora

Faculdade da Cidade de Maceió

MACEIÓ – AL

2023

Dedico esse trabalho às famílias, principalmente às mães, que não têm condições de acompanhar seus filhos da mesma forma que eu pude acompanhar meu querido filho Avenil Neto desde os dois anos de idade, quando entrou em uma escola.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por Sua infinita misericórdia e à intercessão de Nossa Senhora, minha amiga inseparável.

Ao meu esposo Avenil Filho que me apoia em absoluto para exercer o papel de mãe do jeito que eu desejei ser.

Aos meus filhos Avenil Neto e Nina Rosa por me proporcionarem tantas alegrias e realizações.

Aos professores, professoras, colegas de sala, funcionários e funcionárias da Facima pela amizade, respeito e empatia durante o curso.

Em especial, a Solange Correia, coordenadora do curso de Direito, professora e orientadora deste TCC, que durante cinco anos, disponibilizou tempo e instrumentos que possibilitaram a mim e a meu filho chegarmos até aqui.

Muito obrigada! Deus os abençoe!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o direito à educação especial e inclusiva dos indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) e a qualificação do acompanhante escolar, em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei nº 12.764 de 2012 – Lei Berenice Piana. O enfoque da pesquisa será em relação à garantia do acompanhante especializado para o aluno autista como instrumento indispensável à educação inclusiva, bem como a omissão legislativa acerca da qualificação específica e formas de atuação desse profissional.

Palavras-chave: Autismo; Educação inclusiva; Acompanhante escolar.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the right to special and inclusive education for individuals with autism spectrum disorder (ASD) and the qualification of the school companion, in accordance with the Brazilian legal system, in particular Law No. 12,764 of 2012 – Law Berenice Piana. The focus of the research will be on ensuring a specialized companion for autistic students as an indispensable instrument for inclusive education, as well as the legislative omission regarding the specific qualifications and forms of action of this professional.

Keywords: Autism; Inclusive education; School companion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CONCEITO E ESPECIFICIDADES DO AUTISMO.....	10
2.1 PREVALÊNCIA DO AUTISMO NO BRASIL.....	13
3 O AUTISTA CONSIDERADO LEGALMENTE COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	14
3.1 MODELO MÉDICO DE DEFICIÊNCIA.....	15
3.2 MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS RECEPCIONADOS PELO BRASIL.....	15
4 LEIS QUE ASSEGURAM O DIREITO DO AUTISTA À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.....	18
4.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	18
4.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	20
4.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	21
4.4 A CONVENÇÃO DA ONU E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA E INCLUSIVA.....	22
4.5 LEI BERENICE PIANA.....	24
4.6 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	26
5 A LEI BERENICE PIANA E O DIREITO AO ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO.....	28
5.1 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ACOMPANHANTE EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM AUTISMO COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL AO DIREITO DE INCLUSÃO.....	32
6 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A educação deve ser compreendida como um direito humano fundamental, que se estabelece em escola regular, privada ou pública, na qual todos estudam, independentemente de ter ou não uma deficiência. Depois da família, a instituição escolar, além de fornecer conteúdos básicos para a formação humana, caracteriza-se como o ambiente que mais propicia interação social para qualquer indivíduo desde seus primeiros anos de vida.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 e diversas normas promulgadas no Brasil asseguram o direito à educação, inclusive na modalidade especial com perspectiva inclusiva, com propostas de apoio, planejamento e desenvolvimento de ações com vistas a minimizar as barreiras que se revelam como obstáculos à participação social e à aprendizagem do indivíduo com deficiência e, em particular, neste estudo, àquele com transtorno do espectro autista.

O presente trabalho intitulado O DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DE INDIVÍDUOS COM TEA E A QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE ESCOLAR pretende analisar o direito dos autistas à educação e à inclusão no ambiente escolar, sendo eles considerados, para todos os efeitos legais, pessoas com deficiência.

É notório que os temas voltados à inclusão veem compondo cada dia mais as pautas de discussões nacionais e internacionais, com questões pertinentes aos direitos humanos, em especial no que concerne à acessibilidade e à igualdade de oportunidades. É manifesta a preocupação com as pessoas com deficiência que habitam em nosso mundo, uma vez que, durante muitos anos, foram negligenciadas em seus direitos fundamentais.

Inicialmente, trataremos do conceito de autismo, bem como suas características e indícios da prevalência de pessoas autistas no Brasil. Em seguida, será feita uma abordagem acerca da Lei Berenice Piana, que ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, passou a considerar os autistas, legalmente, como pessoa com deficiência.

Será dada a atual definição jurídica do termo deficiência, a saber, modelo social de deficiência, esclarecendo que esse novo entendimento foi reconhecido

como um conceito em evolução, vinculado às mais diversas barreiras estabelecidas pela sociedade que obstam a participação das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com seus pares.

Com isso, elucidaremos os principais documentos promulgados no Brasil que dispõem sobre o direito à educação especial e inclusiva do indivíduo com transtorno do espectro autista, observando os textos da Constituição Federal de 1988, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Berenice Piana, dentre outros instrumentos jurídicos que garantem a prerrogativa em análise.

Ao final, argumentaremos acerca do direito fundamental à educação inclusiva dos autistas e a necessidade da presença de um acompanhante especializado no ambiente escolar, em conformidade com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Berenice Piana. E, ainda, daremos um enfoque à lacuna legislativa, quando essa não formalizou a qualificação específica desse acompanhante.

2 CONCEITO E ESPECIFICIDADES DO AUTISMO

O termo autismo vem do grego *autós* (por si mesmo) e representa “um conjunto de alterações do desenvolvimento cerebral que envolve um comprometimento das habilidades sociais, comunicativas e comportamentais do indivíduo” (PONTIS, 2022, p. 9).

Ou seja, trata-se de um transtorno global do desenvolvimento humano caracterizado pela presença de comportamentos restritivos, repetitivos e estereotipados capazes de afetar diversas áreas de atuação do indivíduo.

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p.20).

A descoberta do autismo decorre da observação de médicos estudiosos do comportamento humano, como, por exemplo, Leo Kanner, que, nos anos 1940, descreveu pela primeira vez as alterações comportamentais relacionadas ao transtorno.

Desde essa época, inúmeras nomenclaturas foram dadas ao autismo, entre elas, o “distúrbio autístico do contato afetivo”, para aqueles que apresentavam quadros mais acentuados de isolamento social.

Ao que tudo indica, uma das primeiras e mais importantes menções as características do autismo teria vindo dos estudos do psiquiatra austríaco, Leo Kanner, quando este observava crianças exibindo comportamentos atípicos com relação à necessidade, capacidade e procura por relações sociais comuns. Em seus estudos, realizados no ano de 1943, Kanner apontaria também para as respostas incomuns dadas pelas crianças ao ambiente, dessa forma, cunhando o nome “distúrbio autístico do contato afetivo” como sendo a origem das dificuldades apresentadas. (VALENTE, 2021, p.1).

No entanto, foram dados enormes avanços relacionados tanto ao “enquadramento diagnóstico quanto ao desenvolvimento de modelos de intervenção educativo-didática, reabilitativa e clínica, quanto ainda às estratégias, aos materiais e aos instrumentos específicos” (PONTIS, 2022, p.9), visando, sobretudo, a intervenção precoce.

Hoje, a terminologia Transtorno do Espectro Autista (TEA) está solidificada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014), o qual reuniu todas as nomenclaturas em um único transtorno.

Segundo o manual, o termo espectro deve-se à presença de um conjunto de manifestações que podem se apresentar no autista, variando em tipo e grau, qual seja do mais leve ao mais severo, com comprometimento nas capacidades de desenvolver a comunicação, a interação social, os interesses e as atividades da pessoa com autismo.

O transtorno do espectro autista, qualificado pelo aparecimento de deficiências persistentes, pode se apresentar a partir de características simultâneas ou isoladas. De acordo com Maluf (2023), algumas percepções para análise do autismo são:

Dificuldade de comunicação por deficiência do domínio da linguagem; dificuldade no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos; dificuldades de socialização; padrão de comportamento restritivo e repetitivo; interesses focalizados muito específicos, podendo haver também desmodulação sensorial (grande sensibilidade a cheiros, sons, luzes, texturas e sabores). (MALUF, 2023, p.24)

Em relação à gravidade do TEA, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014) define três níveis de suporte necessários ao autista: nível 1, destinado ao autista que necessita de um apoio leve; nível 2, para o autista que necessita de um apoio significativo; e nível 3, aquele conferido ao autista que necessita de apoio muito significativo. Nesse sentido, Pontis (2022) explica que:

Há pessoas com potencial cognitivo, memória, capacidade de cálculo, habilidades musicais e matemáticas acima da média, mas, ao mesmo tempo, as pesquisas evidenciam que cerca de 30% dos sujeitos autistas têm uma deficiência intelectual. Alguns desenvolvem uma linguagem fluente e refinada, outros se comunicam por meio de poucas palavras-frases, vocalizações ou forma de comunicação aumentativa e alternativa. Mesmo em pessoas com altíssimos níveis intelectuais, o comprometimento da reciprocidade social é muitas vezes a dificuldade mais significativa. (PONTIS, 2022, p.12)

Mais uma vez, reforça-se que, diante desse leque de manifestações que podem caracterizar o autismo, a expressão “espectro” é a mais utilizada para referenciar indivíduos com desordens ou alterações no desenvolvimento cerebral.

Embora existam critérios diagnósticos para reconhecer o transtorno, ainda não sabemos exatamente qual a sua causa. “Pensa-se que, na origem desses transtornos, há anomalias dos neurônios e das conexões entre eles” (PONTIS, 2022, p.10).

Além do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) citado, o Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-11) (OMS, 2019) também buscou unir as nomenclaturas dadas ao autismo em um só diagnóstico, no transtorno do espectro autista.

Esse documento é orientado pelas mesmas manifestações estabelecidas no DSM-V para a análise do autismo. Vale dizer que, essa classificação internacional

de doenças, que define 55 mil códigos utilizados por profissionais de saúde, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, passa pela décima primeira atualização.

Além dos sinais da dificuldade de socialização e comunicação, bem como disfunções sensoriais e motoras, o indivíduo com transtorno do espectro autista pode apresentar outras condições associadas, o que a medicina descreve como comorbidades. Silva et al. (2021) relaciona as mais frequentes:

Transtorno de ansiedade, incluindo as generalizadas e as fobias, transtornos de separação, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), tiques motores (de difícil diferenciação com estereotípias), episódios depressivos e comportamentos autolesivos; transtornos do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); deficiência intelectual (DI); déficit de linguagem, alterações sensoriais; doenças genéticas, como síndrome do X frágil; esclerose tuberosa e síndrome de Williams; transtornos gastrointestinais e alterações alimentares; distúrbios neurológicos como epilepsia e distúrbios do sono; comprometimentos motores, como dispraxia, alterações de marcha ou alterações motoras. (SILVA et al, 2021, p.28)

Pelo exposto, reconhecendo as dificuldades que o transtorno do espectro autista causa na vida de um indivíduo, dentre elas, o acesso à inclusão e à educação escolar, é de suma importância, a partir do diagnóstico, buscar por esses direitos fundamentais.

2.1 PREVALÊNCIA DO AUTISMO NO BRASIL

Segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Controle de Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, em 2020, uma a cada 36 crianças de oito anos é diagnosticada com transtorno do espectro autista naquele país, o que significa praticamente 2,8% da população. No Brasil, não há números de prevalência de autismo, contudo, se for feita a mesma proporção desse estudo com a população brasileira, poderíamos ter quase seis milhões de autistas residindo em nosso país.

A ONU (Organização das Nações Unidas) presume haver mais de 70 milhões de pessoas com autismo no mundo e, por isso, “em outras palavras, o autismo está sendo ponderado como uma pandemia, considerado mais comum do que a AIDS, diabetes e o câncer infantil, juntos” (ORRÚ, 2019, p.35).

A fim de comprovar o número de autistas no Brasil, foi sancionada a Lei nº 13.861/2019, a qual inseriu o parágrafo único ao artigo 17 da Lei nº 7853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, prevendo, portanto, a incorporação dessa especificidade nas estatísticas do censo demográfico.

Tal medida favorece o mapeamento das pessoas que receberam o diagnóstico de TEA, formando um panorama sobre o autismo em nossa população e colaborando na elaboração das políticas públicas, inclusive acerca do direito à educação.

3 O AUTISTA CONSIDERADO LEGALMENTE COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O autista não era considerado legalmente como pessoa com deficiência até a edição da Lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana), de 27 de dezembro de 2012, a qual instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. De acordo o § 2º, do art. 1º, da referida lei, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução [...] § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais [...] (BRASIL, 2012).

Para fundamentar as proteções legislativas às pessoas com deficiência, dentre elas, os autistas, tomou-se como base uma mudança na própria concepção jurídica do conceito de deficiência, qual seja do modelo médico para o modelo social, o que passaremos a explicar.

3.1 MODELO MÉDICO DE DEFICIÊNCIA

Anteriormente, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, estabelecia como sendo pessoa com deficiência aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho. Nesse sentido, o que estava em evidência era apenas a condição médica que acomete o indivíduo e o impossibilita de integrar-se ao meio.

Com isso, o modelo médico de deficiência fazia menção a um fenômeno biológico em que a incapacidade seria a consequência natural do corpo por conta de uma doença. Desse modo, o indivíduo deveria fazer intervenções sobre o seu físico, para promover seu melhor funcionamento e reduzir assim as desvantagens sociais.

A partir do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o conceito jurídico de deficiência foi recebendo novos elementos, porém ela ainda era entendida como algo incapacitante e passível de reabilitação, para que o indivíduo pudesse interagir com o meio. Prescreve o art. 3º, que:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999).

3.2 MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS RECEPCIONADOS PELO BRASIL

Em outubro de 2001, com a promulgação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil, através do Decreto nº 3.956, direcionou-se às pessoas com

deficiência os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todos os indivíduos têm, inclusive, com respaldo a não discriminação e à igualdade de direitos.

Dessa forma, o conceito de deficiência, mais uma vez, se modificou, considerando não mais a condição médica, e sim a condição social, na qual a incapacidade advém das barreiras socioculturais que o indivíduo encontra no meio em que vive. Prescreve o documento:

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por: 1. Deficiência O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001)

A partir do modelo social, com o deslocamento da deficiência da pessoa para o seu meio, passa a haver uma forte ênfase no respeito pelas diferenças como forma de inserção das pessoas com deficiência na sociedade.

A fim de concordar com esse entendimento do modelo social de deficiência, o Brasil igualmente aprovou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, ratificados por meio do Decreto Legislativo Federal nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e promulgados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, o qual afirma na alínea "a" de seu preâmbulo que:

deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2009).

Finalmente, com o claro propósito de promover, proteger e assegurar os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, bem como buscar a sua inclusão, a referida Convenção consolidou que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

Dessa forma, com a evolução do conceito jurídico de pessoa com deficiência, que antes era vista como incapaz para a vida independente e para o trabalho, percebida unicamente por sua “incapacidade” biológica (modelo médico de deficiência), passou-se a centralizar a deficiência na “interação da pessoa com eventual barreira que ela encontra na sociedade ou no meio e que seja capaz de impedir sua participação plena em igualdade de condições com outras pessoas” (VARELLA, 2022, p.133).

E, com isso, sendo o autista acometido de um transtorno persistente, manifestado por alterações nas habilidades sociais, comportamentais e de interação social, ao encontrar tais barreiras socioculturais para efetivar seus direitos fundamentais, resta caracterizada a deficiência.

Leite, Ribeiro e Costa Filho (2016), ao comentarem o novo conceito de deficiência como sendo um modelo social, e não mais baseado em modelo médico, lecionam que:

Ao deixar de ser confundida com atributos pessoais, abandona-se a ‘naturalização’ da deficiência, que passa a ser reconhecida enquanto opressão social, na medida em que se compreende que a inacessibilidade aos direitos fundamentais, na verdade, resulta dos obstáculos físicos, atitudinais, linguísticos, culturais, econômicos etc., erguidos pela própria sociedade. (LEITE; RIBEIRO; FILHO, 2016, p.67)

Cumprido dizer, portanto, que uma deficiência não pode ser definida apenas pelas ausências funcionais do indivíduo, a exemplo do autista que não tem como

obstáculo somente o fato de não ter habilidade para se comunicar e interagir, pois os seus maiores desafios são as barreiras sociais que impedem o pleno exercício de sua cidadania, a exemplo do direito à educação e à inclusão escolar, em igualdade de condições com seus pares. Sendo assim, a deficiência, antes de ser orgânica, é social.

4 LEIS QUE ASSEGURAM O DIREITO DO AUTISTA À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

4.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 determina, em seu artigo 6º, a educação como um direito social fundamental, ao tempo que dispõe, nos artigos 205, 206 e 208, respectivamente, sua forma de promoção, a base principiológica e a garantia do acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino.

Vejamos o que diz os referidos artigos da CF/88, especialmente o artigo 208, que especifica o direito à educação especial para as pessoas com deficiência, entre elas, o indivíduo com transtorno do espectro autista.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde [...]. (BRASIL, 1988).

Na esteira da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao tratar da educação, estabeleceu em seu art. 53, inciso I, que deve haver “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1990) de todos os educandos, inclusive, as pessoas com deficiência, ressaltando o preceito de que eles têm o direito a condições equânimes de aprendizado e participação para se desenvolverem no ambiente escolar.

Após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe a educação como um direito de todos (ONU, 1948), em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que, em seu artigo 3º, estabelece a necessidade da universalização do acesso à educação a partir da promoção de medidas que garantam a igualdade de acesso às pessoas com deficiência ao sistema educacional (UNESCO, 1990), o que atualmente se aplica ao indivíduo autista.

À época, a existência de sistemas de educação separados em escolas especiais começou a ser questionada do ponto de vista dos direitos humanos e em relação à inclusão social dos estudantes com deficiência.

O movimento inclusivo que se formava era de que a educação especial, que antes era atribuída à pessoa com deficiência fora da sala regular, viesse a ser promovida através da inclusão em sala regular de ensino, junto com seus pares. Portanto, as chamadas escolas especiais estavam sendo repensadas tanto do ponto de vista dos direitos humanos como da sua eficácia ao desenvolvimento de alunos com deficiência.

Contudo, embora já houvesse esse movimento inclusivo, as garantias educacionais elencadas na nossa Constituição Federal de 1988, bem como as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi somente a partir da Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na Espanha, em 1994, que o Brasil, como país signatário, passou a adotar o sistema inclusivo de educação.

4.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca buscou oferecer diretrizes básicas para que os Estados assegurassem a educação de pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educacional. Vejamos um trecho das considerações pautadas no documento:

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. 2. Acreditamos e Proclamamos que: • toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, • toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, • sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, • aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, • escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1)

E continua:

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: • atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. • adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. • desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva [...] • garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

4.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Nessa corrente de adoção do sistema educacional inclusivo, o Brasil reformulou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo teor anterior apontava que os alunos com deficiências físicas ou mentais deveriam frequentar escolas especiais, e estabeleceu na atual LDBEN, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4º, inciso III, que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino [...]. (BRASIL, 1996)

E continuou no artigo 58, esclarecendo que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...]. (BRASIL, 1996)

Percebe-se, pois, que a direção pretendida com esse documento buscar a inclusão e a educação especializada das pessoas com autismo em salas regulares com seus pares, uma vez que o direito à educação deve ser entendido como um direito humano à convivência, à aprendizagem e à interação com a comunidade da qual o sujeito faz parte. A opção por escolas especiais é apenas o último caminho.

Por conseguinte, é garantido ao indivíduo autista, no campo da educação, “um processo de reforma e de reestruturação das escolas com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas” (MITTLER, 2003, p. 25). Vejamos o que dispõe o art. 59 da atual LDBEN:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

4.4 A CONVENÇÃO DA ONU E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA E INCLUSIVA

Cumprido dizer que, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada pela ONU em 2007 e ratificada pelo Brasil em 2008, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que estimulem o desenvolvimento acadêmico e social, com vistas à inclusão plena, promovendo medidas para que as pessoas com deficiência, entre elas, o indivíduo autista, não sejam excluídas do sistema educacional geral.

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior (2007) descreve sobre a finalidade da convenção:

Trata-se de um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra as estas pessoas em todas as áreas da vida, incluindo ainda previsões específicas no que respeita à reabilitação e habilitação, educação, saúde, acesso à informação, serviços públicos, etc. Simultaneamente à proibição da discriminação, a Convenção responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência. (MAIOR, 2007, p.45).

Assim, a Convenção tem o objetivo de alterar o conceito de que a pessoa com deficiência é que tem que se adequar à sociedade, passando o entendimento de que “a sociedade que deve se reabilitar, e exercer a inclusão da pessoa com deficiência” (GONÇALVES, 2016, p.38).

O tratado em menção orienta-se pelos princípios do respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive, a liberdade de fazer as próprias escolhas e autonomia individual; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; e o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito delas de preservar sua identidade.

Desses entendimentos, surge, em 2008, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. A pretensão agora é dar mais ênfase à inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, “orientando os sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino [...]” (BRASIL, 2008).

Com isso, reforça-se a concepção de que a educação especial direcionada às pessoas com transtorno do espectro autista deverá ser subsidiária, e não substitutiva da educação regular.

Nas palavras de Chiote (2013), a inclusão denota alguns princípios básicos, como:

Não se limita ao campo da educação: todas as áreas da vida social, laboral e familiar devem estar impregnadas desta forma de compreender a sociedade do século XXI, tornando-se assim caminho para uma ideia transversal. Enfatiza a igualdade sobre a diferença: se enfatiza o direito de construir comunidades para todos, valorizando a diferença, mas com base no reconhecimento básico da igualdade. Tem como objetivo alterar a educação em geral: a ênfase não é mais colocada apenas em determinados grupos, mas a educação abrange todos os alunos. Supõe uma nova ética, alguns novos valores baseados na igualdade de oportunidades: queremos abrir a escola a novas vozes que até agora mal foram ouvidas ou tiveram voz, mas sem voto. (CHIOTE, 2013, p. 45)

Assim, pode-se afirmar que a inclusão é reconhecida quando se pretende eliminar todas as formas de discriminação em relação a um grupo social, ao tempo que valoriza as qualidades e necessidades de cada indivíduo que faz parte desse grupo. E, para esse fim, a educação inclusiva deve ser parte inerente ao sistema educacional como um todo, no qual cada instituição escolar deve oportunizar a aprendizagem do aluno autista no âmbito do chamado ensino regular.

4.5 LEI BERENICE PIANA

No ano de 2012, na busca pela inclusão dos autistas na sociedade, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, através da lei federal nº 12.764. Essa lei, conhecida como “Lei Berenice Piana”, nome da ativista que lutou pela aprovação do referido instrumento jurídico, foi regulamentada pelo Decreto nº 8368, de 02 de dezembro de 2014.

Para se referir à educação especial e inclusiva do indivíduo autista, a lei apresenta, inicialmente, os marcadores diagnósticos que caracterizam a pessoa com o transtorno do autismo, bem como dispõe que o autista é considerado pessoa com deficiência para todos os efeitos legais:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos,

interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais [...] (BRASIL, 2012).

Adiante, o documento estabelece as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ressaltando, no inciso VII, do art. 2º, que deve haver, inclusive, no que diz respeito à educação, “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012).

E, finalmente, o art. 3º estabelece, entre outros direitos, o acesso à educação e ao ensino profissionalizante do indivíduo autista, incluindo no parágrafo único a possibilidade de haver um acompanhante especializado para auxiliá-lo dentro da sala de ensino regular, quando a necessidade for comprovada.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, [...] terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Para a instituição de ensino que não aceitar o aluno autista no ambiente escolar, o art. 7º da lei em comento faz uma ressalva ao impor que “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do

espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos” (BRASIL, 2012).

4.6 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Corroborando com os direitos já estabelecidos ao indivíduo autista, em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto garante aos autistas o direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas, inclusive no que se refere à educação, sem que sofra nenhum tipo de discriminação.

A meta desse Estatuto é, sobretudo, “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Os artigos 27 e 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência prescrevem que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia [...] V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino [...] X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o

atendimento educacional especializado [...] XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas [...] XVII - oferta de profissionais de apoio escolar; XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas. § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos [...] deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações [...] (BRASIL, 2015).

Como se observa, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência apresenta-se como dispositivo jurídico para garantir, em igualdade de condições com os demais indivíduos, todos os direitos e garantias das pessoas com deficiência, entre elas, o autista.

Além disso, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, o Estatuto promove a inclusão e a educação especializada das pessoas com autismo em salas regulares com seus pares, eliminando qualquer ato discriminatório contra elas.

Nesse sentido, é garantido ao indivíduo autista, no campo da educação, “um processo de reforma e de reestruturação das escolas com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas” (MITTLER, 2003, p. 25).

É oportuno ressaltar que, a definição do princípio constitucional da igualdade, de acordo com Nelson Nery Júnior (2004), determina que pessoas com perspectivas diferentes devem ser tratadas de forma desigual em busca de um equilíbrio entre todos. Para o referido doutrinador, “dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JÚNIOR, 2004, p.40).

Portanto, resta clara a posição do legislador no que se refere ao direito à educação especial e inclusiva da pessoa com o transtorno do espectro autista, quando garante a ela o acesso à educação de forma igualitária com seus pares, sem qualquer tipo de discriminação e ainda disponibiliza um apoio especializado. Nesse sentido, entende-se que:

A escola regular é o espaço de encontros, de formação humana, de exercício dos valores humanos, de interação, de liberdade de aprender – sem modelos de aprendizagem ou de aprendizagem -, de acolhimento da

capacidade de cada um, de reconhecimento da diferença. Ela não é uma organização que deve garantir que todos alcancem o mesmo conhecimento e habilidades por ocasião da conclusão do processo. A igualdade não é ponto de chegada – é ponto de partida em relação ao direito à educação, ao acesso ao conhecimento, à convivência em espaços comuns. (MALUF, 2022, p.60).

5 A LEI BERENICE PIANA E O DIREITO AO ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO

Ao ser criada, a Lei Berenice Piana pretendeu contribuir com o desenvolvimento pessoal e intelectual dos indivíduos com autismo e, para isso, enumerou diversos direitos em seu texto, assegurando vida digna, integridade física e moral, proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, acesso ao mercado de trabalho, atendimento multiprofissional, entre outros.

Prescreveu ainda o direito à educação e ao ensino profissionalizante, inovando ao dispor para a pessoa com transtorno do espectro autista a figura de um acompanhante especializado nas classes de ensino regular, em casos de comprovada necessidade.

No parágrafo único do art. 2º, a lei afirma que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Em contrapartida, desde a vigência da lei, ocorre a controvérsia em torno da necessidade ou não do acompanhante especializado dentro da sala de aula regular, o qual deverá assistir o indivíduo autista e promover sua inclusão no ambiente escolar, bem como facilitar o processo de aprendizagem dispensado a todos os seus pares.

Para sanar isso, depreende-se que a regência dos princípios elencados na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dentre outras prerrogativas do ordenamento jurídico brasileiro, garante a educação, inclusive, na perspectiva da inclusão, para os indivíduos autistas.

A falta do acompanhante escolar especializado, além de não permitir a evolução da pessoa com autismo, acarreta-lhe outras comorbidades, a exemplo do transtorno de ansiedade generalizado. Não há, portanto, como desconsiderar tal

preceito. A presença desse profissional corresponde, indubitavelmente, àquilo que os princípios da igualdade de oportunidades e da acessibilidade pretendem.

É fato que, a Lei Berenice Piana dispõe o direito à educação como um direito do autista, destacando a necessidade de um acompanhante especializado nos casos de comprovada necessidade. Porém, o disposto não detalhou exatamente quais seriam esses casos de necessidade, e, também, não definiu a qualificação do profissional que irá exercer uma função fundamental na vida escolar do aluno.

Cumprido dizer que, no art. 2º, inciso VII, a Lei Berenice contempla como uma das diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012).

Paralelo à lei, o Decreto nº 8.369 de 2014, que regulamentou a norma, ressalta, em seu art. 4º, que o direito do indivíduo autista à educação especial em sistema inclusivo, desde a educação infantil até à educação superior, é dever de todos. E acrescenta, em seus parágrafos, que deve haver igualdade de oportunidades à aprendizagem, bem como a presença de um profissional especializado para auxiliar esse aluno no ambiente escolar. Vejamos o artigo:

Art. 4º É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. § 1º O direito de que trata o caput será assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. § 2º Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012. (BRASIL, 2014).

Dessa forma, o Decreto reafirmou os mandamentos trazidos pela Lei Berenice Piana, apontando a necessidade do acompanhante especializado para o aluno autista, quando é óbvio que apenas um professor que direciona sua atenção para a

turma inteira é insuficiente para atender as necessidades inerentes ao estudante com deficiência.

É preciso elucidar que o fato por si só do indivíduo ser diagnosticado como pessoa com deficiência e estar no espectro do autismo, que é uma condição permanente, já deve satisfazer o requisito legal, não havendo, portanto, nenhuma obrigação em comprovar alguma necessidade de apoio, senão, a comprovação do próprio transtorno.

Outro ponto a ser esclarecido é que, diferentemente das pessoas que vêm assumindo os encargos de acompanhante escolar na vida dos indivíduos autistas, não possuindo habilidades com a educação especial, nem com o transtorno do espectro autista, o acompanhante especializado a que se refere a Lei Berenice Piana deve ser uma pessoa com qualidades próprias e diferenciadas para assistir o indivíduo com o autismo, atuando como um instrumento efetivo de acesso à inclusão e à educação.

É, portanto, indispensável a presença de um profissional habilitado para que o aluno possa, de fato, participar e ter a oportunidade de forma igualitária de permanecer no ambiente escolar. Segundo Cunha (2014), o aluno autista:

(...) não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber. (CUNHA, 2014, p.68)

Inclusive, a Lei n 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe, em seu art. 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos indivíduos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, que é o caso dos autistas, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração dos educandos em classes comuns”. (BRASIL, 1996).

Na concepção de Maluf (2023),

o autista tem um “universo diferente” e necessita estar envolvido com profissionais habilitados para que possa evoluir na sua escolarização. Se estiver convivendo com pessoas que não entendem e não procuram entender sua realidade, não haverá possibilidade de avanço na sua interação e sua aprendizagem. (MALUF, 2023, p.67)

É notório que a dificuldade do indivíduo autista para se incluir e obter o aprendizado no ambiente escolar não se justifica apenas por suas limitações, e sim pela falta do acompanhante especializado para adaptá-lo ao meio através de uma metodologia específica para ele.

Dessa forma, a jurisprudência do nosso país tem se pronunciado em diferentes julgados, em consonância com a Lei Berenice Piana, ao avaliar a essencial presença desse profissional como forma de auxiliar no processo de aprendizagem e inclusão. Vejamos algumas decisões:

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ – Agravo de Instrumento AI: 00587088220168190000 Duque de Caxias – 2 Vara Cível Data de publicação: 07/04/2017 Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MENOR PORTADOR DE ESPECTRO AUTISTA. DIREITO A ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO NO HORÁRIO ESCOLAR. LEI 12.764/2012. RECURSO PROVIDO. 1. Agravo de Instrumento onde se insurge em face de decisão que indeferiu antecipação de tutela. 2. Dever do Estado de assegurar à pessoa com transtorno do espectro autista a frequência a sistema educacional inclusivo, com a presença de mediador, na forma do art. 3º, parágrafo único, da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 3. Recurso conhecido e provido para que o Réu disponibilize um mediador para acompanhar, na escola, o agravante.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS - APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CRIANÇA PORTADORA DE AUTISMO. LEI Nº 12.764/2012. POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DIREITO A “ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO”. DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITOR PARA AUXÍLIO NAS ATIVIDADES EM SALA DE AULA. ADEQUAÇÃO DA MEDIDA. CASO CONCRETO. É dever do ente público assegurar à parte autora acesso à educação, na rede regular de ensino, fornecendo-lhe assistência especial que lhe é indispensável em razão da doença de que padece, assegurando-lhe, assim, efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos, nos termos do art. 208, III c/c 227, §1º, II, da CF, art. 54, III, do ECA e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Estatuto da Pessoa com Deficiência. A disponibilização de acompanhante especial exige análise da realidade fática

atual do interessado, suas características e indispensabilidade de profissional com capacidade específica para atender as peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, observado o seu quadro de saúde e demais circunstâncias do caso concreto. Situação dos autos em que restou comprovado que o autor é portador de Autismo e, pelas suas condições pessoais, concretamente necessita de apoio de monitor constante em sala de aula. Sentença de improcedência reformada. Recurso provido. Unânime (Apelação Cível, nº 70085020113, Vigésima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Pippi Schmidt, Julgado em: 26-10-2021).

Salienta-se que, mesmo após anos de vigência da Lei Berenice Piana, são comuns ações desse tipo, em que os responsáveis legais do indivíduo com transtorno do espectro autista precisam buscar o Poder Judiciário para garantir o direito ao acompanhante especializado em sala de aula.

Por outro lado, no momento em que se contrata o acompanhante, a escolha é por pessoas sem qualificação adequada, como estagiários ou monitores que não desempenham questões cognitivas, atendendo apenas aos cuidados comportamentais ou de higiene pessoal do autista.

Essas pessoas terminam impossibilitando o desenvolvimento dos alunos, por não terem o domínio dos métodos específicos para auxiliá-los, atuando de forma inversa ao que propõe a legislação.

Dito isso, cumpre ressaltar que o Estado e a sociedade devem garantir os serviços de apoio ao aluno com autismo, qual seja do acompanhante especializado, voltados a eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização desse estudante, e que esses serviços compreendam um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos de qualidade.

5.1 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ACOMPANHANTE EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM AUTISMO COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL AO DIREITO DE INCLUSÃO

O direito ao acompanhante especializado em sala de aula, referendado pela Lei Berenice Piana de forma inovadora, foi de fundamental importância, uma vez que possibilita aos indivíduos com autismo uma melhor elucidação de todo conteúdo exposto em sala de aula, e ainda promove a inclusão assertiva deles, levando-se em

consideração as características comportamentais que o transtorno do espectro autista apresenta.

À vista disso, em entrevista dada ao Jornal Gazeta do Povo, Berenice Piana, autora da referida lei, ao ser questionada acerca da qualificação do profissional em debate, rebateu que:

[...] sempre vislumbrei que a figura do “acompanhante especializado” não se confunde com “profissional de apoio”, “monitor” ou “cuidador”. Quanto ao “profissional de apoio”, não faria o menor sentido a legislação prever novamente a mesma função com outro nome, em outra lei. Assim, as funções do “profissional de apoio”, do “monitor”, do “cuidador” e do “acompanhante especializado” se diferenciam em sua essência. Mas, diante de nosso município de Curitiba (como tantos outros) e colégios alegarem que profissional especializado pode ser estagiário, senti que nós, mãe e pais de autistas, estávamos desamparados. Uma lei não cumprida. A sensação de um pacto velado e subliminar de que, mesmo existindo a lei (TÃO IMPORTANTE PARA NOSSAS CRIANÇAS!), permanecíamos marginalizados [...] Estagiário não pode ser acompanhante especializado. E, para além da lei, da minha interpretação como advogada que atua na defesa de crianças com autismo, da incontestável interpretação da autora da lei, podemos dizer que a conduta não seria ética nem com a criança nem com o estagiário! Eu já vi estagiários “quebrarem-se” emocionalmente, diante do ofício de terem que assumir a posição de tutor especializado. Colocar sobre os ombros de um estagiário as responsabilidades de um especialista é desumano. Com a criança, os resultados serão ainda mais desastrosos, visto que é científica a necessidade de que os profissionais que trabalham com o autista tenham experiência e formação adequada. (BLOG DIÁRIO DO AUTISTA, 2017).

É evidente o descontentamento que prevalece diante de uma norma que prevê o direito a um acompanhante especializado, mas que, na prática, as responsabilidades estão sendo atribuídas àqueles que não têm competência necessária para desenvolvê-las. Decerto a legislação própria para os indivíduos com autismo deixou passar um conteúdo de enorme importância, quando não esclareceu a especialidade específica desse profissional.

A Lei Berenice Piana cuidou em expor a necessidade da inclusão e educação escolar do aluno com autismo por intermédio do acompanhante especializado, contudo, foi omissa em relação à descrição sobre a especialização necessária para o exercício dessa prática profissional, abrindo caminhos para que diversas escolas contratem pessoas despreparadas, muitas vezes fazendo o papel de cuidador ou babá.

É cediço que a Constituição Federal de 1988 traduz o direito à educação como um direito de todos, mas a ausência de um profissional especializado para trabalhar diretamente na educação de alunos com autismo descumpra o direito individual de aprender vinculado aos ensinamentos trazidos através da intermediação desse acompanhante qualificado.

Frustrar esse direito contraria a própria Carta Magna, a qual assevera, no inciso III, art. 208, que o direito à educação será efetivado mediante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, CF/88).

Para que o direito constituído de fato se concretize, destaca-se que a qualificação do acompanhante deve ser em nível superior (pedagogo/psicólogo), com especialização em educação especial sob a perspectiva inclusiva, bem como capacitado para formas alternativas de comunicação.

Não há como justificar que outro profissional assumira essa função, visto que somente através da atuação específica do acompanhante em análise, é que podemos prever experiências de aprendizagens com significado. Nas palavras de Orrú (2003), no livro intitulado “A formação de professores e a educação de autistas”:

A experiência de aprendizagem mediada como uma das formas de inteirar-se o indivíduo com o seu meio, consiste na transformação de todos os estímulos através de um mediador que os criterize, organizando-os e modificando-os para uma melhor interpretação do universo que o rodeia e no qual ele está inserido, proporcionando condições para uma melhor qualidade em seu desenvolvimento intelectual. [...] O ato de mediar deve estar intencionalmente ligado ao propósito de se enriquecer os fatores relacionados ao cognitivo, para que estes se voltem para os significados existentes no mundo que se vive, a fim de desenvolverem no indivíduo condições necessárias para se adaptar e modificar-se, conflitando-se com as determinações culturais pelas quais atravessa em seu cotidiano. [...] Não são ambientes enriquecidos de estímulos que estruturarão os alunos, mas sim, os educadores mediadores que exploram de forma sistemática e planejada os estímulos, relacionando-os ao aluno mediado, livrando-o do fracasso escolar (ORRÚ, 2003, pp.3-4).

Destaca-se que, a publicação da Lei nº 13.146 de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi primordial para reafirmar o compromisso internacional ao qual o Brasil já havia se comprometido com a promulgação do

Decreto nº 6.949 de 2009, cuja meta principal é garantir, em iguais condições, todos os direitos fundamentais e o acesso aos diversos setores da sociedade com vistas à interação e inclusão das pessoas com deficiência, entre elas, o autista.

Com fundamento no art. 28 do Estatuto, é de responsabilidade da escola a criação de sistemas educacionais inclusivos, visando garantir ao aluno autista ao longo de toda a vida, condições de acesso, participação e aprendizagem, com oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena. Concomitante a isso, deve haver a oferta de profissionais de apoio escolar (BRASIL, 2015).

O referido documento, portanto, elencou uma série de contribuições com a finalidade de promover a inclusão do indivíduo autista, porém é imprescindível que o alcance da educação inclusiva seja assegurado de forma responsável, por profissionais qualificados que possam assistir os alunos adequadamente por meio dos seus conhecimentos apropriados.

Ao instituir o direito à educação em condições de igualdade, com vistas à inclusão e cidadania, o Estatuto da Pessoa com Deficiência caracterizou, nos incisos XII, XIII e XIV do art. 3º, alguns profissionais que atuam com as pessoas com deficiência, entre elas, o autista, descrevendo-os da seguinte forma:

Atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal. (BRASIL, 2015).

Verifica-se que a lei denominou e definiu as funções de três pessoas diferentes, manifestando a preocupação em apontar as atividades atribuídas a cada uma delas. Contudo, no que diz respeito ao “profissional de apoio escolar”, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também não declarou formalmente sua qualificação, oportunizando variadas interpretações em evidente prejuízo à inclusão e educação do indivíduo autista.

Dessa forma, tanto a legislação que prevê o acompanhante especializado (Lei Berenice Piana) quanto o Estatuto da Pessoa com Deficiência conferem o direito a um profissional educacional especializado para acompanhar os alunos com autismo, mas não prescrevem expressamente a qualificação, atividades e formas de atuação desse profissional.

No que tange à Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a qual regulamenta o sistema de educação público e privado no Brasil, o art. 1º diz que educação abarca “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Estabelece ainda, em seu art. 59, os critérios para a educação inclusiva aos educandos com deficiência, dispondo currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, bem como professores do ensino regular capacitados para incluir esses educandos em salas de aula comuns (BRASIL, 1996).

A respeito da necessidade de instrumentos para promover a inclusão escolar, qual seja, no enfoque desse trabalho, o acompanhante educacional especializado, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece no art. 24, que através dos Estados Partes, “medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena” (BRASIL, 2009).

Esse artigo em comento é baseado no princípio da dignidade humana e na igualdade de oportunidades, e reverbera que as pessoas com deficiência “não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência [...]” (BRASIL, 2009).

Portanto, tanto a legislação geral como a específica explicitam, claramente, que a educação é direito de todos, e que sua efetividade deve ser alcançada através

de procedimentos que não isolem ou ocultem as demandas do indivíduo com o transtorno do espectro autista.

É preciso elucidar que, em razão do autismo ser considerado uma síndrome complexa, que pode se apresentar com várias características e em diversos níveis, faz-se necessário que o acompanhamento diário seja exercido por um profissional apto a conhecer todas as peculiaridades inerentes ao transtorno.

O pedagogo especializado em educação especial e inclusiva é capaz de trabalhar e exercitar o desenvolvimento cognitivo do aluno com autismo, por conseguir interpretar e transmitir o conteúdo que está sendo posto em sala de aula com assertividade. Trata-se de um profissional com habilidade para descobrir em cada estudante a sua forma singular de adquirir conhecimento.

Nesse sentido, confere-se que,

O educar propicia o trilhar e o construir de um processo que vai sofrendo transformações intensas até constituir suas características peculiares, considerando o contexto e a individualidade de cada um. É por meio desse processo, em que se encontram presentes as relações sociais, a linguagem e a mediação, que o professor descobre e constrói alternativas de trabalho que podem ser exploradas para o ensino e a educação de seu aluno. (ORRÚ, 2012, p.160)

Sobre a educação inclusiva dos autistas, Cunha (2014) entende que é necessário:

Penetrar no mundo do autista; concentrar-se no contato visual; trazer sempre o olhar do autista para as atividades que ele está fazendo. Entreter-se com as brincadeiras do autista; procurar sempre enriquecer a comunicação. Mostrar a cada palavra uma ação e a cada ação uma palavra; tornar hábitos cotidianos agradáveis; fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme. (CUNHA, 2014, p.85)

Na educação do indivíduo com autismo, o acompanhante especializado exerce um papel fundamental e indispensável, pois será a pessoa com quem o aluno irá conviver. O profissional irá proporcionar a esse aluno, de forma efetiva, o

conteúdo fornecido em sala de aula e harmonizar o ambiente através da socialização.

Assim, não há como se falar em educação inclusiva sem que haja o apoio pedagógico prestado por um acompanhante qualificado que possa, de fato, estabelecer uma construção social, intelectual e o crescimento individual. Destaca Orrú (2012):

A interação entre o professor e seu aluno é fundamental. No caso de crianças com TEA nem sempre o professor vê atitudes que demonstram uma ação de reciprocidade vinda de seu aluno [...] após a identificação de tal interesse, o professor organiza em seu contexto o ambiente para a aprendizagem, as motivações precisam ser trabalhadas por meio de conteúdos e materiais diversos, valorizando toda ação realizada por seu aluno, por meio da sua mediação. (ORRÚ, 2012, p.12)

Não há como desvincular a ideia de inclusão e aprendizagem educacional do aluno com autismo da presença do acompanhante especializado, pois são fatores que estão diretamente relacionados. Esse profissional deve ser habilitado, informado e capacitado especificamente para lidar com as características que o estudante autista apresenta e contribuir na efetividade de seus direitos constitucionais.

Portanto, o direito à educação especial e inclusiva do indivíduo com transtorno do espectro autista está sendo violado pela falta do acompanhante especializado para essa atribuição extremamente fundamental para a sua cidadania, pois a legislação brasileira não propicia um entendimento uníssono e formal acerca da qualificação desse profissional, ensejando na necessidade de refletir sobre a sua competência e uma definição legal em relação à matéria.

6 CONCLUSÃO

A partir desse trabalho de pesquisa, é possível constatar que o nosso país possui um conjunto de dispositivos jurídicos que visam garantir o direito à educação inclusiva do indivíduo com transtorno do espectro autista (TEA) na rede regular de ensino.

Não resta dúvida de que a promulgação da Lei nº 12.764, de 2012, mais conhecida como Lei Berenice Piana, ao declarar o autista legalmente como pessoa

com deficiência, causou forte influência na sociedade para exigir seus direitos dispostos em todas as normas específicas.

A referida lei federal inovou o campo da educação ao conferir para o aluno com TEA o apoio de um acompanhante especializado para inseri-lo no ambiente escolar e aplicar técnicas de aprendizagens, considerando as individualidades de cada estudante com autismo.

Entretanto, restou comprovado que a lei não traz uma definição específica desse profissional, propiciando várias interpretações sobre a quem pode se atribuir a função de acompanhante especializado para tratar de um direito fundamental do cidadão, que é a educação.

Embora a norma disponha o direito ao acompanhamento especializado somente em casos de necessidade comprovada por laudo médico, salienta-se que o diagnóstico do transtorno do espectro autista já deveria satisfazer esse direito.

O aluno com autismo, principalmente na educação infantil, em que inicia sua adaptação escolar, não pode ser entregue nas mãos de um estudante de pedagogia, ou de outro curso similar, tampouco de um cuidador com atribuições de babá. O que está em risco é a vida de uma criança que depende desse profissional para desenvolver-se, seja no quesito da formação educacional ou na interação com seus pares.

Portanto, conclui-se que o direito à educação inclusiva do indivíduo com autismo está sendo transgredido pela falta de um acompanhante com nível superior em pedagogia e especialização em educação especial inclusiva, uma vez que as legislações nacionais e internacionais ratificadas no Brasil regem-se pelos princípios da acessibilidade e igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. **Autismo**. Rio de Janeiro: Revista Educação Pública, 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/autismo>. Acesso em: 30 set, 2023.

BLOG DIÁRIO DO AUTISTA. **Entrevista concedida pela autora da Lei Berenice Piana, em 05 de dezembro de 2017.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/diario-de-autista/entrevistaberenice>. Acesso em: 17 de out. 2023.

BRASIL, 2009. **Decreto nº 6.949, de 25 de ago. de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL, 2015, Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. **2 de abril: Dia Mundial de Conscientização do Autismo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/01_abr_autismo.html#:~:text=No%20mundo%2C%20segundo%20a%20ONU,para%20uma%20menina%20com%20autismo. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Série Legislação Seca. Leme, SP: Imaginativa Jus, 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3956, de 08 de outubro de 2001.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 3 de dez. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA). 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. D.F. 07 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

CHIOTE, F. de. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica.** Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023. escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

GONÇALVES, Mirien Fabiane. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e suas Mudanças no Direito Civil (Monografia).** 2016. Disponível em < <file:///C:/Users/User/Documents/Monografia%20Bruna/monografia%20de%20outrem.pdf>> Acesso em 17 out. 2023.

JÚNIOR, Francisco Paiva. **Por que o Brasil pode ter 6 milhões de autistas?** Canal Autismo, 2023. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/artigos/por-que-o-brasil-pode-ter-6-milhoes-de-autistas/>. Acesso em: 30 set. 2023.

LEITE, Flávia P. A.; RIBEIRO, Lauro Luiz G.; COSTA FILHO, Waldir M. (org.) **Comentários ao Estatuto da Pessoa com deficiência.** São Paulo: Saraiva, 2016. p. 67.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: 2007.

MALUF, Ângela Cristina M. **Autista – e agora?: teoria e práticas vivenciais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MARTINS, B.C. et al. Politize!, 2021. **A história dos direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 02 out. 2023.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NERY JÚNIOR, Néelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 128.

NERY, Nelson Junior. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações. Nova York: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Internacional Classification of Diseases for Mortality and Morbidity Statistics (ICD-11)**. 11. ed. Genebra: OMS, 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/icd11refguide/en/index.html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ORRÚ, S. E. **A formação de professores e a educação de autistas**. Revista Iberoamericana de Educación, vol. 31, 2003, p. 1-15.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagens por eixos de interesses em espaços não excludentes**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano**
PONTIS, Marco. **Autismo: o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores e professoras do Ensino Fundamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SALES, J.F.; VIANA, T.V. **A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação**. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 15, n. 35, 2020. DOI: 10.22169/revint.v15i35.1868. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 02 out. 2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, L. D. da et al. **O TEA (transtorno do espectro autista) e seu crescimento na contemporaneidade brasileira: um estudo bibliográfico**. International Journal of Development Research, [s. l.], v. 11, n. 9, p. 50255-50257, 2021.

TENENTE, Luiza. **Número de alunos com autismo em escolas comuns cresce 37% em um ano; aprendizagem ainda é desafio**. G1, 2 abr. 2019. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-em-escolas-comuns-cresce-37percent-em-um-ano-aprendizagem-ainda-e-desafio.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TJRS.
Apelação Cível nº 70085020113. Vigésima Quinta Câmara Cível. Relator: Ricardo Pippi Schmidt. Julgado em: 26-10-2021. Disponível em:
https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa#main_res_juris. Acesso em: 17 out. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO - TJRJ. **Agravo de Instrumento AI: 00587088220168190000.** Duque de Caxias. 2ª Vara Cível. Data de publicação: 07/04/2017. Ementa: Agravo de Instrumento. Menor portador de espectro autista. Direito a acompanhamento especializado no horário escolar. Lei 12.764/2012. Recurso provido. Disponível em:
<https://www4.tjrj.jus.br/ejuris/ConsultarJurisprudencia.aspx>. Acesso em: 17 out. 2023.
UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Declaração mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VALENTE, Pablo. **Conhecendo o Autismo:** Sua origem, história e características. Disponível em: <<https://blog.cenatcursos.com.br/conhecendo-o-autismo-sua-origem-historia-e-caracteristicas/>>. Acesso em: 04 out. 2023.

VARELLA, Camilla. **Direitos das pessoas com autismo e outras deficiências.** Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2022.